



## IX CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

# Portugal, território de territórios

---

ÁREA TEMÁTICA: Arte, Cultura e Comunicação [ST]

---

### **“COMO UM ROMANCE”: NASCIMENTO E ATRIBUIÇÕES DA BIBLIOTECA MODERNA EM BRAGA**

---

SEQUEIROS, Paul

Investigadora em pós-doutoramento, Estudos culturais, Centro de Estudos Sociais da U.C., investigadora associada do Instituto de Sociologia da U.P., paulasequeiros@ces.uc.pt



#### Resumo

Em Portugal, a biblioteca pública é instituída pela revolução liberal nos finais do séc. 19, como coadjuvante do “sistema instrutivo”. Como pano de fundo, um processo de crescente industrialização, de base colonial, a consolidação do aparelho de Estado burguês e, no campo cultural, uma forte atividade da imprensa periódica, a produção do romance, o incremento da literacia e do público leitor. A criação da biblioteca moderna na Europa é histórica e socialmente conformada pela normalização das línguas nacionais e pela introdução de sistemas nacionais de ensino, ligadas à proclamação de identidades nacionais e de fronteiras redesenhadas.

O caso da conflituosa criação da Biblioteca Pública de Braga, incluindo a sócio-biografia e teoria do seu bibliotecário primeiro, encerra interessante capacidade explicativa sobre as relações de poder em torno da propriedade, produção e formação intelectuais que moldaram a instituição. O caso permite ainda compreender visões de grupos sociais diversos quanto à finalidade e utilidade da biblioteca pública, particularmente da pequena burguesia e do intelectual público então em formação. A abordagem utilizada, permitindo ultrapassar a ideia disseminada de que a biblioteca moderna se formou por mero ato legislativo e administrativo, pretende dar um contributo à história e aos estudos culturais focados na biblioteca pública e nos serviços culturais prestados pela leitura pública.

#### Abstract

The public library is established in Portugal by the liberal revolution, as ancillary to the "instructional system" in the late 19th century. The processes of a growing industrialization, based on colonialism, of the consolidation of the bourgeois State apparatus and, in the cultural field, of a strong activity of the periodical press, the production of the novel, an increase in literacy and the reading public, serve as backdrop. The European modern library was historically and socially shaped by the standardisation of national languages and the introduction of national educational systems, both linked to the proclamation of national identities and of redrawn frontiers.

The case of the contentious creation of the public library of Braga, comprehending the socio-biography and theories of its first librarian, has an interesting explanatory capacity in what concerns power relations around property, intellectual production and education which shaped the institution. This case also sheds light on the views of various social groups as to the purpose and usefulness of a public library, particularly of the petty bourgeoisie and the public intellectual under formation. The approach here used, allowing to overcome the widespread idea that the modern library was formed by mere legislative and administrative acts, intends to make a contribution to the history and cultural studies about public libraries and the cultural services provided by libraries.

Palavras-chave: bibliotecas públicas; leitura; revolução liberal; instituições culturais; séc. XIX

Keywords: public libraries; reading; liberal revolution; cultural institutions; 19th century

COM0472



## **1. Uma instituição nascente, novas profissões**

Em Portugal, a biblioteca pública é instituída pelo poder liberal a partir dos finais do séc. 19, com a finalidade de ser um particular coadjuvante do “sistema instrutivo”. Na Europa, e dentro dos diferentes contextos regionais, a criação da biblioteca moderna foi uma realidade histórica e socialmente conformada pela normalização das línguas nacionais e pela introdução de sistemas nacionais de ensino, uma e outra ligadas à proclamação dos estados e redesenho das fronteiras e dos territórios colonizados ou ex-coloniais, à construção das identidades nacionais, ao redesenho e reatribuição de papéis de classe e de género. Um processo de crescente industrialização, de base colonial, e a construção legal e institucional do aparelho de estado burguês completam o cenário fundamental requerido por esta história e análise de caso. No campo cultural e educativo, destacam-se ainda uma forte atividade da imprensa periódica e a produção do romance, acompanhados pelo incremento da literacia e do público leitor.

O estudo do caso da conflituosa instituição na lei (1841) e a morosa consolidação da Biblioteca Pública de Braga (1862, abertura ao público plena), umas das primeiras criadas no país, encerra interessante capacidade explicativa sobre as relações de poder em torno da propriedade, produção e formação intelectuais que moldaram a nova instituição, nomeadamente entre diferentes classes sociais e entre o aparelho de Estado liberal, a Câmara de Braga e a Igreja Católica. Parte indissociável deste estudo é a análise da biografia e da teoria produzida pelo seu bibliotecário primeiro, Manoel Rodrigues da Silva Abreu (M.R.S.A.) (1793-1869), formado em Direito, e ainda o acompanhamento das suas filiações políticas, as suas práticas como secretário pessoal de Garrett, como tradutor, escritor para jornais e “revisor” literário. Essa capacidade explicativa estende-se assim às visões e ações de grupos sociais diversos quanto à finalidade e necessidade de uma biblioteca pública, particularmente da pequena burguesia da cidade de Braga e ainda da figura do intelectual público, então incipiente, que esse bibliotecário encarnou. As ligações intelectuais, políticas e jornalísticas de M.R.S.A. – Garrett, Guizot, Herculano, Castilho –, os episódios de refúgio político por que passou, proporcionarão uma análise enriquecida da Biblioteca e do bibliotecário.

Aqui apresento algumas notas centrais sobre este estudo em curso.

A abordagem utilizada tem como fim ultrapassar ideias correntemente disseminadas de que a biblioteca moderna se formou por um mero ato legislativo e administrativo, fora das esferas onde as relações económicas e de poder político se desenhavam, e de que a instituição emergente se construiu como instituição e representação de paz e entendimento na sociedade, quando ela foi clara e diretamente um produto da guerra, da expropriação, do conflito social, parte do processo de criação de uma nova ordem social. A investigação apresentar-se-á como um contributo à história e aos estudos culturais focados na biblioteca pública e nos seus serviços e práticas de leitura, realçando as ligações vividas com o contexto histórico, político, cultural e social.

## **2. A Biblioteca Pública de Braga, caso eloquente de biblioteca moderna**

A história inicial da Biblioteca Pública de Braga, quase uma novela romântica, não deixará de evocar semelhanças com outras bibliotecas mas não deixará também de evocar semelhanças com o contexto social e político presente. A época histórica convocada e a construção pretendida dos factos históricos permitem o cruzamento entre as emergências da nova instituição biblioteca pública, do intelectual público – com envolvimento político, social e mediático – e ainda do funcionariado do Estado na sua relação com os poderes políticos central e local.

Os escritos do séc. 19 e princípios do 20 sobre esta Biblioteca têm-se focado mais no individual e no eventual do que no social e estrutural. Adotarei aqui perspectivas das ciências sociais sobre esse período, em linha com os estudos de memória e a sociologia histórica (Abbott, 1991; Dirks, Eley, & Ortner, 1994; Domingos, 1985; Halbwachs, 1990; Santos, 1979; 1992; Sleeper-Smith, 2009; Vergès, 2006), tentando não retirar à narrativa a vivacidade e a riqueza que a singularidade do caso e das pessoas lhe conferem.

O conflito político-militar prolongado das lutas liberais, é contexto esclarecedor e avivador de contrastes urdidos na trama das relações económicas, sociais, educativas, literárias, agora em mudança tempestuosa: é muito visível e assumida a influência do ideário e da ação política, da formação de diferentes grupos de interesse com caracterização social própria nos campos do ensino e da cultura. Esta Biblioteca foi palco desses conflitos, não fosse ela produto da revolução liberal e alvo político para absolutistas e não só, sendo também agente institucional ativo nas muitas e conflituantes mudanças que então se viveram no país e na região. Entretanto no Porto inaugurara a primeira biblioteca pública do país em julho de 1834. Meses antes, tinha sido publicada a lei que extingue os conventos masculinos e os expropria de bens fundiários, incluindo edifícios, mas também de livros, bens que passam a património do Estado. Estes últimos são destinados a ser distribuídos pelo país e com eles se constituírem bibliotecas públicas. A criação da Biblioteca de Braga é uma resposta à oportunidade levantada pelo governo central.

Interessante é considerar que as leis das bibliotecas teriam de estar já pensadas, senão esboçadas, bem antes. Num pequeno intervalo de tempo após o desembarque liberal no Porto são publicados os textos legais fundamentais, enquanto se publicava também a nova legislação reguladora do ensino e da imprensa. As individualidades que lideraram os processos determinantes da génese das bibliotecas públicas modernas - sistema nacional de ensino, expropriações, fomento da língua e literatura, leis da imprensa e censura, direitos autorais – todas se cruzaram, eventualmente em primeiro lugar na Universidade, mas logo nas lutas liberais, nos locais de exílio em França e em Inglaterra. Aí dedicam-se à escrita, à investigação, ao uso de bibliotecas e arquivos, aos contactos com outros intelectuais e políticos. Várias dessas figuras estarão presentes depois no cerco do Porto, momento decisivo da revolução. Será no decurso da revolução, e com toda a probabilidade já durante o exílio, que se escreverá boa parte das leis que meses mais tarde governo e Cortes aprovarão. A prioridade conferida às legislações de bibliotecas atesta como a sua ideiação foi considerada estratégica para a constituição e consolidação da nova ordem política e cultural.

O primeiro reto deste trabalho sobre a Biblioteca e o seu bibliotecário – figura imprescindível, singular e com muito que contar –, é colocar todas as personagens no cenário para que dramas e alegrias do nascimento e crescimento ganhem sentido dado que, como num romance, existe uma protagonista principal, a biblioteca pública. Este trabalho será uma oportunidade e um contributo para recontar a história das bibliotecas públicas. O nascimento da Biblioteca de Braga foi particularmente atribulado: confrontando o texto das leis e regulamentos com as citações de datas e locais nas publicações que os referem em décadas posteriores detetam-se inúmeras incongruências. Para além de possíveis lapsos, os conflitos e contendas por que passou a biblioteca nascente sentem-se nessas incongruências, vindo de alguma forma a marcá-la até hoje.

Desde 1840, antes da criação da Biblioteca na lei, Rodrigues Abreu era o bibliotecário nomeado pela coroa. Começou a trabalhar recolhendo duas dezenas de livrarias confiscadas e ordenando fundos para Braga e outras no distrito. O bibliotecário é o grande protagonista masculino. Nascido em Ponte de Lima nos fins do séc. 18, manteve-se a trabalhar na biblioteca até ao final da vida. O segundo reto é reconstruir a sócio-biografia desta outra personagem, procurando no pessoal o social, e no evenemencial a atmosfera histórica englobante, lendo e interpretando as configurações culturais, sociais e políticas. De escritores – memorialistas e jornalistas – que o conheceram e se lhe referem, buscou-se a informação pertinente sujeitando-a a análise crítica, comparativa. Pretendeu-se atender a esses registos seus contemporâneos como fontes sujeitas a escrutínio crítico, sem estabelecer barreiras de confiabilidade por uma possível ausência de legitimação académica canónica apenas, tendo em conta aliás que a historiografia legitimada se inicia nesse mesmo momento e que tem vindo a ser reescrita nas décadas mais recentes.

Antes da existência de bibliotecas públicas terão existido gabinetes de leitura (associações, clubes) que perdurarão e coexistirão, em alguns casos pelo séc. 20 dentro, formas associativas que determinam que o acesso se fazia mediante aprovação dos dirigentes. No caso das bibliotecas (privadas) de clérigos e aristocratas e comparando com as bibliotecas públicas – além das diferenças patentes no regime de propriedade das coleções e até dos edifícios –, a entrada obtém-se sob a forma de concessão de privilégio, consubstanciada em cartas onde a concessão é comunicada a quem a procura, na realidade a quem tem acesso à rede de influência e proteção dos proprietários, a quem acede a mecenas que aceitem tutelar as suas

leituras. A entrada na biblioteca pública não estaria assente em concessão de privilégio mas antes na promoção da oportunidade de aprender e de aceder à literatura, em primeiro lugar. Começa a formar-se a partir desse momento a representação social de que a biblioteca pública está aberta a todas as pessoas. Contudo, a superação de adversidades várias e o grande lapso de tempo necessários à consolidação da biblioteca como instituição socialmente necessária, atestam que a abertura de bibliotecas em Portugal foi um longo processo, contestado e argumentado a partir de diferentes posicionamentos na sociedade, nomeadamente pelas posições de classe e de género dos intervenientes.

Fosse pelo estado de guerra, fosse – mais provavelmente – pela guerra movida pelo novo presidente da Câmara – M.R.S.A. era oficial do Distrito de nomeação régia condição q sempre reinvocará – fica inúmeros meses sem vencimento e nas mãos da solidariedade de amigos. À biblioteca é atribuído o edifício do convento dos Congregados, ou dos Neris. Aí Abreu terá de se bater, mesmo no sentido físico da palavra: fá-lo-á contra a entrada na biblioteca de soldados ora franceses ora ingleses, em diversos momentos dos conflitos militares na cidade; para impedir a destruição dos livros mais preciosos por incúria e por roubo individual ou saque de guerra; terá de evitar destruições por incêndios e infiltrações de água num edifício muito degradado e cujo uso efetivo é objeto de disputa com outros interesses na cidade; terá de se opor constantemente a ataques à instituição recém formada e a si mesmo, membro de profissão com débil reconhecimento social, por parte de representantes de diversas forças políticas locais e centrais. Uma defesa portanto não só verbal... que foi defesa financeira também. As verbas enviadas pelo governo eram cobiçadas para outros destinos: um passeio público, um fontanário, mas biblioteca não entendiam, vários representantes locais. Foi preciso levar a questão até às Cortes para a sanar e prosseguir com a ideia da biblioteca.

A inauguração oficial faz-se em 1857, 18 anos depois da nomeação de Rodrigues Abreu, precipitada, e contra a vontade do bibliotecário que entendia ser precoce, para comemorar o aniversário de Pedro V que vem nesse momento à cidade. Fecha logo nos dias seguintes, tal foi a desordem da colocação das coleções e só reabre em 1862. Após esta “patranha de aberturas fictícias”, nas palavras de M.R.S.A, e tal como o fizera antes após a vitória setembrista e em oposição à subida de novas figuras locais ao poder, demite-se alegando princípios éticos superiores.

Rodrigues Abreu dá sinais de uma ideologia diversa daquela da maioria dos que se lhe opõem, presidentes de câmara e de prefeitura. Em defesa do seu papel invoca as suas credenciais como oficial nomeado pela coroa, não pela Câmara. Invoca ainda o facto de não ter profissão “mecânica”, isto é, o estatuto de alguém que não é trabalhador manual. Vê-se a si mesmo como um dos raros letrados que exerce a profissão, a qual demonstra que requerer “sciencia”. Invoca ainda ser garante da missão de que foi incumbido pelo estado, “depositario unico de preciosissima fazenda nacional, e conservador responsável dela“, acusando a Câmara de querer ser “senhora absoluta” das bibliotecas do distrito “como qualquer particular dispõe da sua fazenda propria” (Abreu, 1857, p. 4). Note-se que, enquanto organizava a biblioteca e antes da inauguração, permitia já acesso a alguns estudantes que lho pediam.

Particularmente curioso é o recurso frequente que faz à imprensa local para defesa da Biblioteca, no meio deste intrincado e moroso conflito. Escreve para publicação textos destinados a desmontar a informação da própria Câmara que o difamara publicamente, em pasquins, como preguiçoso, imoral e pessoa “estranha” que se interessava apenas por livros.

O que conseguimos saber de M.R.S.A? Maçon, exilou-se pela primeira vez em 1818, licenciou-se em Direito em 1825. Foi escritor ele próprio, tradutor e revisor de traduções de Garrett, Castilho ou Herculano (Silva, 1862, p. 97–98). Passa por um segundo exílio em 1828-31 em Inglaterra, passando à época a ser secretário pessoal de Garrett, igualmente exilado. Homem de muitas leituras e experiências políticas (e literárias, imaginamos) durante esses exílios. Residiu em Rennes, onde se refugiou depois no período de 1831-2, sendo frequentador quase certo da sua biblioteca (Abreu, 1832). Desembarca em Portugal, com muitos outros, logo nos primeiros momentos da instauração do liberalismo. Filosoficamente, sabêmo-lo adepto de Guizot, partilhando as suas ideias de que um amor fraternal deveria unir “os homens” por cima de conflitos religiosos e políticos (Theis, 2014). Foi defensor e aparente praticante dum cristianismo racionalista que dispensava as práticas rituais da igreja católica. Abreu é assim uma personagem que encarna a figura

primeira de intelectual público, o que toma posição pública sobre questões sociais prementes, com um uso hábil da imprensa, na esteira de alguns dos seus contemporâneos neste e noutros países da Europa. Produziu ainda teoria biblioteconómica e desenvolveu ideias originais ou a partir de literatura estrangeira destinada a simplificar e racionalizar o labor bibliotecário (Abreu, 1863). Preocupava-o sobretudo uma colocação na estante que não desperdiçasse tempo ou esforço seu e de leitores, uma ordenação prática e fácil de manter e usar, um catálogo manuseável e elucidativo. Para tanto critica a produção da teoria biblioteconómica disseminada correntemente na Europa e dedica-se a inventar novas formas de confeccionar catálogos e seus índices, através de verbetes móveis encadernados de forma atualizável, destinados a serem compulsados pelos próprios leitores, que os segurariam enquanto percorriam as estantes e os cotejavam com as obras expostas.

### 3. Questionar a biblioteca moderna

O trabalho, em desenvolvimento, sobre a biblioteca e o seu bibliotecário, desemboca e centra-se na ideação da biblioteca moderna e nas formas da sua concretização a partir deste caso.

Recorrendo a alguma comparação com casos de outros países europeus, explorar-se-ão e desenvolver-se-ão em particular os seguintes tópicos sobre a emergência da biblioteca pública em Portugal, tendo em vista o questionamento da nova instituição no que tocava à propriedade, às tutelas oficiais, às finalidades, à orientação para qual público leitor:

1. a sua criação não decorre administrativamente da lei das expropriações, antes resulta de uma vontade política expressa pela revolução liberal de apoiar o sistema de instrução recém-criado – nomeadamente de liceus – e a promoção da leitura e da escrita, partilhada e protagonizada por diversos intelectuais e políticos;
2. a instituição moderna foi veículo da exaltação e reconhecimento público dos novos intelectuais, de disseminação das ideias e das práticas liberais, um reflexo simbólico e um monumento para uma identidade nacional que estava a ser construída.
3. com essas marcas históricas, e enquanto instituição participou no questionamento da propriedade e uso das coleções biblioteconómicas, na sua redistribuição e legitimação como bens públicos, requerendo ainda espaços públicos para a leitura, em que a entrada não estivesse condicionada a concessão de privilégio nem à titularidade da posse privada das elites cultivadas da aristocracia ou da igreja católica;
4. para M.R.S.A., tal como para outros intelectuais na época, a biblioteca devia estar orientada e ser usada por grupos sociais delimitados, não para a população em geral, destinando-se particularmente a estudantes e eruditos e a escritores.

### Referências

Abbott, Andrew (1991). *History and Sociology: the lost synthesis*. Social Science History, 15(2), 201–238.

Abreu, Manoel Rodrigues da Silva (1857). *Bibliotheca de Braga – Manifesto*. Braga, Typ. Luzitana.

Abreu, Manoel Rodrigues da Silva (1832). *Un portugais aux habitants de Rennes*. [Rennes]: ed. do a.

Abreu, Manoel Rodrigues da Silva. (1863). *Novidades biblioteconomicas, ou refutação de cinco absurdos, que geralmente, e há séculos, se soffrem no serviço das bibliothecas publicas, reduzidos todos eles à obediencia do simples senso comum*. Braga: Typ. do Seminário dos Orphãos. Recuperado a 18 de janeiro de 2016 de [https://books.google.pt/books?id=EcJgAAAACAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.pt/books?id=EcJgAAAACAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false)

Dirks, Nicholas, Eley, Geoff, & Ortner, Sherry B. (Eds.). (1994). *Culture power history: a reader in contemporary social theory*. Princeton, N.J.: Princeton University Press.

Domingos, Manuela D. (1985). *Estudos de sociologia da cultura: livros e leitores do século XIX*. Lisboa: Inst. Port. de Ensino à Distância, Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa.



- Halbwachs, Maurice (1990). *A memória coletiva*. São Paulo: Vertice Ed. Revista dos Tribunais.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (1979). Sobre os intelectuais portugueses no século XIX (do Vintismo à Regeneração). *Análise Social*, 15(57), 69–115.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (1992). A elite intelectual e a difusão do livro nos meados do século XIX. *Análise Social*, XXVI(2–3), 539–546.
- Silva, Innocencio Francisco, et al. (1862). “Manuel Rodrigues da Silva Abreu”. Em *Diccionario bibliographico portuguez* (tomo sexto, p. 97–98). Lisboa: Imprensa Nacional.
- Sleeper-Smith, S. (Ed.). (2009). *Contesting Knowledge: Museums and Indigenous Perspectives*. Lincoln: University of Nebraska Press.
- Theis, Laurent (2014). *Guizot la traversée d'un siècle*. Paris: CNRS éditions.
- Vergès, Françoise (2006). *La mémoire enchaînée: questions sur l'esclavage*. Paris: Albin Michel.